

SEDUC-CE

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**



EDITAL Nº 014/2026 – SEDUC/SEPLAG, DE 05/08/2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



SEDUC-CE

Professor de Educação Física

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS

História da educação brasileira: do Movimento dos Pioneiros da Educação aos dias atuais	1
Lei federal nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	10
Lei federal nº 10.639/2003, inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”	43
Lei federal nº 11.645/2008, inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”	43
Planos Nacionais de Educação: 2001 -2010; 2014 – 2025 e 2026 – 2036	44
Estrutura e funcionamento da educação básica	48
Tendências pedagógicas contemporâneas	54
Gestão democrática da escola pública.....	56
Projeto Político Pedagógico	58
A didática e o processo de ensino e aprendizagem; Organização do processo didático: planejamento, estratégias e metodologias, avaliação.....	66
A sala de aula como espaço de aprendizagem.....	70
A didática como fundamento epistemológico do fazer docente	74
Planejamento de curso, unidade e aula: elementos estruturantes	78
Principais teorias da aprendizagem: Inatismo, comportamentalismo, behaviorismo, interacionismo, cognitivismo.....	82
As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem.....	85
Psicologia do desenvolvimento: aspectos históricos e biopsicossociais	89
Temas contemporâneos: bullying, relações étnico-raciais, educação especial, educação ambiental, protagonismo juvenil	98
Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Fundamentos e princípios que orientam a BNCC	102
O ensino médio no contexto da educação básica.....	166
Organização curricular	171
Professor: formação e profissão: Base legal que orienta a formação docente	174
A pesquisa na prática docente	179
A dimensão ética da profissão.....	184
Educação Integral em Tempo Integral no Ensino Médio	187
Marcos legais sobre Educação Integral	191
Currículo e Educação Integral	196

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Itinerários Formativos	201
Avaliações em externas em larga escala na educação básica	205
Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaee)	207
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).....	212
Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)	216
Políticas de equidade no escopo do PNE 2026- 2026.....	221
Documento Curricular Referencial do Ceará: Ensino Médio.....	229
Questões	230
Gabarito.....	238

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração Pública: conceitos, princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública.....	1
Evolução histórica das reformas administrativas no Brasil; Modelos da Administração Pública: patrimonialismo, burocrático e gerencial	4
Administração Pública na Constituição brasileira atual: disposições gerais e servidores públicos	19
Normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal, Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.....	29
Organização e divisão da Administração Pública: diferença entre órgãos, fundos e entidades integrantes da Administração Pública brasileira; Características e entidades da Administração Direta e Indireta	40
Controle da Administração Pública: controle administrativo e controle legislativo	46
Poderes da Administração Pública: poder vinculado, poder discricionário, poder normativo, poder hierárquico, poder disciplinar e poder de polícia	50
Plano Nacional de Educação: Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026	54
Estrutura Organizacional do Governo do Estado do Ceará: Modelo de Gestão do Poder Executivo do Estado do Ceará e Guia Modelagem de Estrutura Organizacional (3ª edição, 2025)	62
Código de Ética e Conduta Administração Pública do Estado do Ceará	62
Estatuto dos Servidores do Estado do Ceará	63
Questões	63
GABARITO	70

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Fatores de textualidade	6
Tipologias textuais Gêneros discursivos/textuais	9
Ortografia oficial	25
Acentuação gráfica.....	33
Emprego das classes gramaticais.....	36

SUMÁRIO



Formação e estrutura das palavras.....	48
Emprego do sinal indicativo de crase.....	54
Relações de coordenação e subordinação na construção dos sentidos. Relações sintáticas na organização da oração e do período.....	58
Pontuação	64
Concordância nominal e verbal.....	69
Regência nominal e verbal	75
Significação das palavras.....	82
Funções da linguagem	87
QUESTÕES.....	89
Gabarito.....	101

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS E INDICADORES EDUCACIONAIS

Indicadores educacionais: O que são e para que servem; Indicadores e índices no campo da política educacional; Indicadores educacionais calculados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Indicadores escolares, indicadores docentes e indicadores discentes	1
Indicadores de desempenho dos estudantes: Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaeece)	6
Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).....	12
Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).....	18
Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa).....	24
Leitura e interpretação de dados apresentados em formatos variado	30
Resolução de problemas com uso de estatísticas descritivas.	35
QUESTÕES.....	41
GABARITO	46

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Processo histórico e legitimação da Educação Física no currículo da Educação Básica.....	1
Educação Física no Ensino Médio: Definições e procedimentos.....	6
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) para o Ensino Médio	12
Planejamento: Objetivos e intencionalidade para as aulas de Educação Física do Ensino Médio.....	18
Avaliação da aprendizagem e da aptidão física para a saúde	24
Crescimento e desenvolvimento	29
Didática, metodologia, modelos e técnicas de ensino para a Educação Física no Ensino Médio.....	31

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Habilidades motoras especializadas: desenvolvimento e aplicação	37
Letramento físico integrado às práticas pedagógicas	42
Estilos de vida ativo e promoção da saúde na escola	48
Desenvolvimento da cultura para a prática de atividade física ao longo da vida	54
Ensino baseado em competências.....	60
Inclusão das Pessoas com Deficiência e Neurodivergentes nas aulas de Educação Física	65
Atividade física e saúde mental.....	71
Pedagogia do Esporte	76
Impactos da percepção de competência motora na redução do comportamento sedentário.....	82
Educação Física nas Escolas de Tempo Integral: Potencial e realidade	88
Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte	94
Cultura de paz e fair play.....	100
Ações planejadas para o ensino dos esportes e competição em contexto escolar	106
Questões	112
Gabarito.....	118

SUMÁRIO



EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE

A educação na Antiguidade apresenta grande diversidade, pois cada civilização antiga desenvolveu métodos e finalidades educacionais únicos, alinhados a seus valores e estruturas sociais. Nesta fase, o ensino era geralmente reservado para elites e, em grande parte, voltado para a transmissão de conhecimento religioso, cultural e militar.

A educação estava intrinsecamente ligada às crenças e ao papel que cada sociedade destinava ao aprendizado. As principais civilizações que influenciaram o desenvolvimento educacional na Antiguidade foram a Mesopotâmia, o Egito, a Grécia e Roma.

► Mesopotâmia e Egito

Na Mesopotâmia e no Egito, a educação formal era restrita a uma pequena elite, especialmente ligada à administração e religião, e focava no aprendizado da escrita, aritmética e princípios religiosos.

▪ **Mesopotâmia:** Os sumérios, babilônios e assírios desenvolveram sistemas de escrita cuneiforme, e a educação formal na Mesopotâmia era oferecida em escolas chamadas edubbas, ou “casas das tábuas”, onde o ensino era centrado na formação de escribas, uma das profissões mais importantes da época. Os escribas desempenhavam papéis cruciais em atividades administrativas, religiosas e comerciais, e o ensino girava em torno de habilidades práticas como contabilidade, leis e registros comerciais.

▪ **Egito Antigo:** No Egito, a educação também era restrita a escribas, sacerdotes e membros da elite. A formação de escribas envolvia aprendizado dos hieróglifos, a complexa escrita egípcia, além de aritmética e conhecimento sobre mitologia e religião, que eram centrais para a cultura egípcia. O ensino acontecia em escolas ligadas a templos e palácios, e os alunos eram, em grande parte, treinados para assumir posições na administração pública ou na condução dos rituais religiosos.

Essas duas civilizações compartilhavam uma visão funcional da educação, com foco na capacitação para o trabalho administrativo e religioso, limitando o acesso ao aprendizado a uma minoria com poder e prestígio.

► Grécia Antiga

A Grécia foi uma das primeiras civilizações a considerar a educação como um meio de desenvolver o potencial humano e promover a cidadania. A educação grega possuía diferentes características em cidades-estado como Atenas e Esparta, refletindo os valores distintos de cada uma.

▪ **Atenas:** Na cidade-estado de Atenas, a educação visava o desenvolvimento integral do cidadão, abrangendo aspectos intelectuais, físicos e morais. A paideia, como era chamada a formação ateniense, buscava preparar os jovens para a vida pública, enfatizando filosofia, artes, literatura, música e esportes. Os ensinamentos de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles deixaram marcas profundas na educação ocidental, introduzindo métodos de ensino baseados no diálogo e na reflexão crítica. A Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles são exemplos de instituições educacionais avançadas que buscavam compreender e discutir a natureza humana, a ética e a política.

▪ **Esparta:** Em Esparta, a educação era voltada para o treinamento militar e a disciplina, com ênfase na obediência, na resistência física e no espírito de sacrifício. Desde cedo, os meninos eram retirados de suas famílias para se prepararem para a guerra e a defesa da cidade-estado, enquanto as meninas também recebiam treinamento físico, pois se acreditava que mulheres fortes dariam à luz guerreiros fortes. Em Esparta, portanto, a educação era instrumental e orientada para as necessidades militares e coletivas, priorizando a lealdade ao Estado.

Esses dois modelos – o humanista e cidadão em Atenas e o militar e disciplinado em Esparta – ilustram as visões contrastantes de educação na Grécia Antiga, com efeitos duradouros sobre a filosofia educacional e as práticas pedagógicas no Ocidente.



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

SENTIDO SUBJETIVO	Sentido amplo {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
SENTIDO SUBJETIVO	Sentido estrito {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido amplo {função política e administrativa}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido estrito {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

a. Fomento: É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

b. Polícia administrativa: É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

c. Serviço público: resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:



FUNDAMENTOS DOS INDICADORES EDUCACIONAIS E SUA FUNÇÃO NA GESTÃO

► Conceito, natureza e finalidade

Indicador como representação sintética de uma realidade complexa

Indicadores educacionais são medidas quantitativas ou qualitativas construídas para representar aspectos relevantes da oferta, do acesso, da permanência, da trajetória, das condições de ensino e dos resultados educacionais. Eles não equivalem à realidade em si: funcionam como sinais organizados que permitem observar fenômenos complexos por meio de critérios previamente definidos. Uma taxa de aprovação, por exemplo, reduz a uma medida percentual um conjunto de situações escolares relacionadas ao fluxo dos estudantes. Um indicador de adequação da formação docente procura representar a correspondência entre a formação do professor e o componente curricular em que atua. Em ambos os casos, a medida simplifica a observação sem eliminar a necessidade de interpretação contextual.

A utilidade do indicador depende da clareza de sua definição, da qualidade da base de dados, da coerência do método de cálculo e da pertinência da comparação realizada. Uma mesma medida pode produzir interpretações inadequadas quando se desconhece a população de referência, o período considerado, a unidade de análise ou os critérios de inclusão e exclusão. Por essa razão, a leitura responsável considera simultaneamente o valor apresentado e o modo como ele foi produzido.

Funções de descrição, acompanhamento e decisão

No campo educacional, os indicadores apoiam o diagnóstico de situações, o acompanhamento de tendências e a definição de prioridades. Eles permitem identificar diferenças entre territórios, etapas de ensino, redes e unidades escolares, bem como observar mudanças ao longo do tempo. Esse uso não transforma automaticamente o indicador em explicação causal. Uma taxa elevada de abandono, por exemplo, informa a existência de um problema de permanência, mas não demonstra por si só quais fatores o produziram. A investigação das causas exige combinar dados quantitativos, informações contextuais e conhecimento da realidade local.

Indicadores também servem ao planejamento e ao monitoramento de políticas. Metas de expansão de matrícula, redução de desigualdades, melhoria do fluxo ou elevação de níveis de aprendizagem precisam de medidas que permitam verificar a situação inicial e acompanhar mudanças. Quando diferentes órgãos e períodos utilizam definições consistentes, cria-se uma série histórica capaz de apoiar comparações e decisões mais fundamentadas.

► Condições para uso adequado

Validade, comparabilidade e desagregação

A validade diz respeito à capacidade de uma medida representar adequadamente o fenômeno que pretende expressar. A comparabilidade exige compatibilidade de conceitos, métodos e populações entre os valores confrontados. A desagregação permite examinar o resultado por recortes relevantes, como dependência administrativa, localização, etapa de ensino ou grupos de estudantes. A média geral de uma rede pode esconder diferenças importantes entre escolas ou segmentos.



CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

► Da formação corporal às primeiras formas de escolarização

Corpo, disciplina e projetos de sociedade

A presença sistemática de práticas corporais na escola brasileira foi construída em conexão com transformações políticas, médicas, militares e educacionais. Em diferentes momentos históricos, exercícios ginásticos, jogos, esportes e outras práticas foram incorporados ao cotidiano escolar com finalidades que variaram conforme os projetos de formação humana e de organização social. A Educação Física não surgiu, portanto, como um componente curricular pronto e estável; sua identidade foi sendo disputada por concepções sobre corpo, saúde, disciplina, rendimento, cidadania e cultura.

Nos períodos de forte influência higienista, o corpo escolarizado foi frequentemente associado à prevenção de doenças, à aquisição de hábitos considerados saudáveis e à ideia de fortalecimento físico da população. A intervenção pedagógica aproximava-se de discursos médicos e de normas de conduta corporal. Em outros momentos, especialmente sob influência militar, ganhou destaque a disciplina, a ordem, a padronização dos movimentos e a preparação física. Essas matrizes não foram idênticas, mas compartilharam a tendência de compreender o corpo como objeto a ser treinado e regulado.

Ginástica, esportivização e rendimento

A ginástica ocupou lugar importante na institucionalização da Educação Física, oferecendo métodos sistematizados de exercícios e formas de organização das aulas. Com a expansão social do esporte ao longo do século XX, ocorreu forte esportivização do componente curricular. Técnicas, regras e desempenho passaram a orientar muitas práticas pedagógicas, e modalidades esportivas se tornaram referências centrais para a seleção de conteúdos.

A esportivização ampliou o repertório escolar e aproximou a escola de manifestações culturais de grande presença social, mas também gerou limites quando a aula foi reduzida à reprodução do esporte de rendimento. A seleção dos mais habilidosos, a centralidade da competição e o predomínio de poucas modalidades podiam restringir a participação e tornar secundários os objetivos educacionais.

► Transformações no estatuto escolar da área

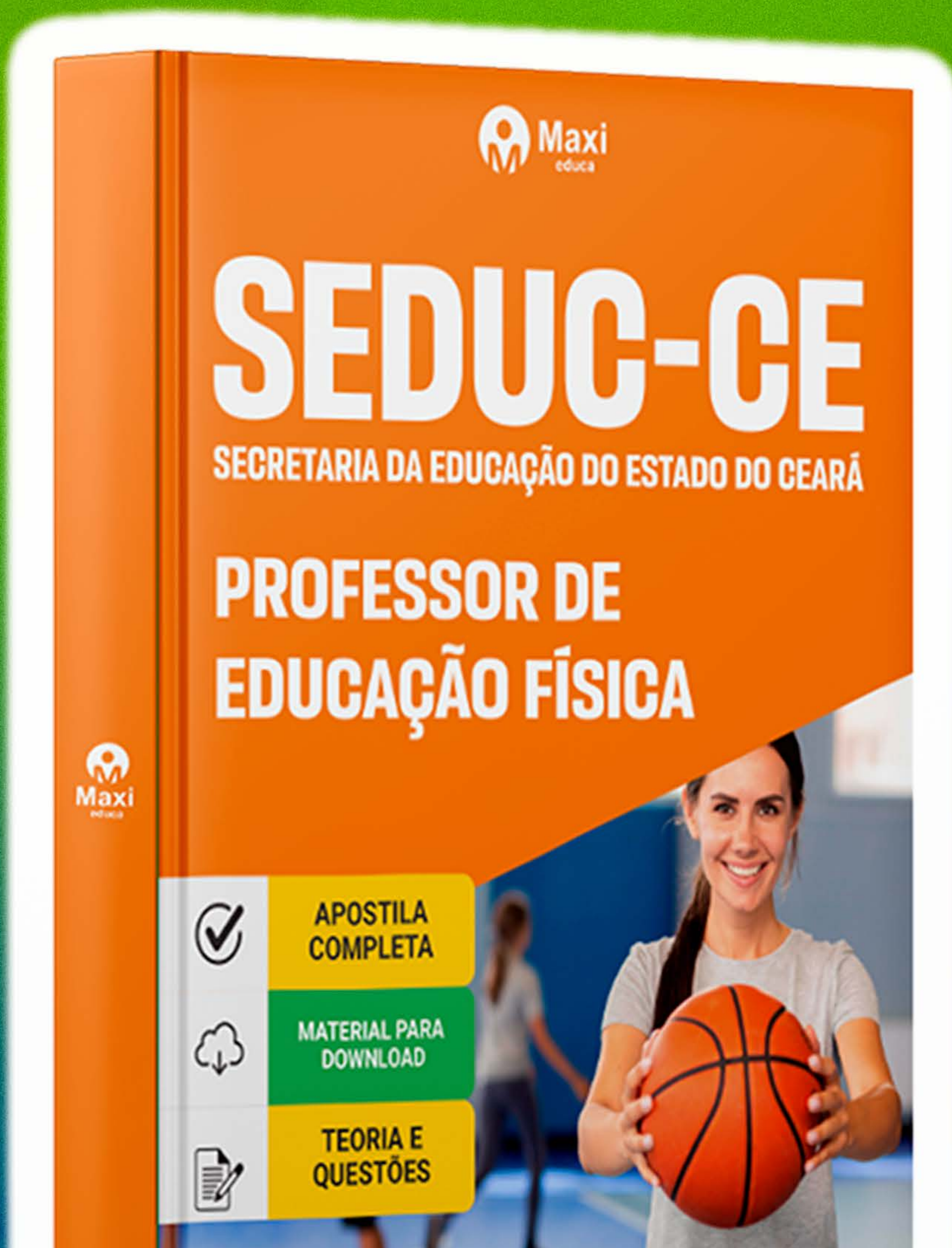
De atividade prática a componente de conhecimento

A legitimação curricular da Educação Física relaciona-se à superação da ideia de que sua função seria apenas proporcionar exercício, recreação ou compensação das atividades intelectuais. A consolidação da área como componente da educação básica passa pela compreensão de que as práticas corporais são produções históricas, sociais e culturais e podem ser tematizadas, vivenciadas, analisadas e ressignificadas pedagogicamente.

Esse deslocamento amplia o objeto de ensino. O estudante não apenas executa movimentos, mas compreende regras, sentidos, valores, formas de organização, relações de gênero, padrões de desempenho, usos do espaço, identidades e discursos sobre corpo e saúde. A experiência corporal mantém centralidade, porém é articulada à reflexão e à produção de sentidos.

Principais deslocamentos históricos

A tabela organiza tendências que ajudam a compreender a mudança do estatuto curricular sem pressupor que uma etapa tenha eliminado completamente as anteriores.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!